



Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA Nº 0006273-05.2012.2.00.0000

RELATOR : Conselheiro NEVES AMORIM

REQUERENTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ASSUNTO : TJRJ – OFÍCIO PRES Nº 353 – RESOLUÇÃO Nº 134/CNJ

EMENTA: CONSULTA. RESOLUÇÃO Nº 134 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. REGULAMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO, GUARDA E TRANSPORTE DE ARMAS E MUNIÇÃO QUANDO FOREM ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA CIVIL. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de Consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da obrigatoriedade de se atender ao disposto no art. 7º, da Resolução nº 134: “as Assessorias Militares dos Tribunais estaduais e federais, no prazo de cento e oitenta dias, deverão elaborar ato normativo que discipline a identificação, a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades judiciárias para o Comando do Exército”, quando o acautelamento e transporte de armas e munições for da competência de órgão do Poder Executivo.

2. Conforme consta do próprio texto da Resolução nº 134, de 21 de junho de 2011, “o grande número de armas em depósitos judiciais (...) compromete a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário”. Não há dúvidas de que ideal seria que não fosse da competência do Poder Judiciário o acondicionamento de armas e munições: trata-se, com efeito, de função alheia a seus fins institucionais. No entanto, a administração pública não raro deve administrar situações atípicas e foi com esse objetivo que a Resolução nº 134 foi editada. A proibição, expressa na Resolução nº 04/2012 do Tribunal de Justiça fluminense ao eximir o Judiciário de qualquer responsabilidade garante precisamente o que a Resolução deste Conselho buscou fazer em cenário atípico: preservar a incolumidade das unidades do Poder Judiciário.

3. Conforme consta do próprio texto da Resolução nº 134, de 21 de junho de 2011, “o grande número de armas em depósitos judiciais (...) compromete a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário”. Não há dúvidas de que ideal seria que não fosse da competência do Poder Judiciário o



Conselho Nacional de Justiça

acondicionamento de armas e munições: trata-se, com efeito, de função alheia a seus fins institucionais. No entanto, a administração pública não raro deve administrar situações atípicas e foi com esse objetivo que a Resolução nº 134 foi editada. A proibição, expressa na Resolução nº 04/2012 do Tribunal de Justiça fluminense ao eximir o Judiciário de qualquer responsabilidade garante precisamente o que a Resolução deste Conselho buscou fazer em cenário atípico: preservar a incolumidade das unidades do Poder Judiciário.

RELATÓRIO

Trata-se de Consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca de disposições constantes da Resolução nº 134, de 21 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.

Aduz o requerente que, no Estado do Rio de Janeiro, o acautelamento e transporte de armas e munições compete à Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil (DFAE) e é regulamentado por meio de Resolução da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, conforme Resolução do Conselho da Magistratura (Resolução nº 04/2012), “é proibido o acautelamento ou depósito de armas apreendidas, munições ou qualquer outro artefato nas dependências do Poder Judiciário”. Assim, tendo em vista que a identificação, a guarda e o transporte das armas e munições é feito pela Polícia Civil, questiona se estaria obrigado a atender ao disposto no art. 7º, da Resolução nº 134: “as Assessorias Militares dos Tribunais estaduais e federais, no prazo de cento e oitenta dias, deverão elaborar ato normativo que discipline a identificação, a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades judiciárias para o Comando do Exército”.

É, em síntese, o relato.

VOTO

É uma impossibilidade lógica exigir que um Tribunal regule o que havia anteriormente proibido. Por esse motivo, a presente Consulta deve, em verdade, avaliar a compatibilidade da proibição constante da Resolução nº 04/2012 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com a Resolução editada pelo CNJ.

Conforme consta do próprio texto da Resolução nº 134, de 21 de junho de 2011, “o grande número de armas em depósitos judiciais (...) compromete a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário”. Não há dúvidas de que ideal seria que não fosse da competência do Poder Judiciário o acondicionamento de armas e munições: trata-se, com efeito, de função alheia a seus fins institucionais. No entanto, a administração pública não raro deve administrar situações atípicas e foi com esse

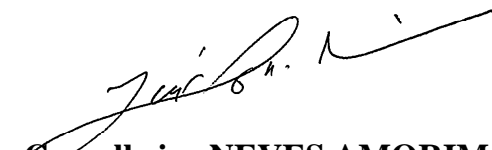


Conselho Nacional de Justiça

objetivo que a Resolução nº 134 foi editada. A proibição, expressa na Resolução nº 04/2012 do Tribunal de Justiça fluminense ao eximir o Judiciário de qualquer responsabilidade garante precisamente o que a Resolução deste Conselho buscou fazer em cenário atípico: preservar a incolumidade das unidades do Poder Judiciário.

A coincidência entre as duas finalidades demonstra inexistir incompatibilidade entre a Resolução editada pelo Conselho da Magistratura e a que publicou este CNJ. Assim, há que se conhecer da presente Consulta para eximir os Tribunais de Justiça de editar a regulamentação constante do art. 7º, da Resolução nº 134, quando a identificação, a guarda e o transporte das armas e munições for feito por órgão do Poder Executivo.

Brasília, 13 de novembro de 2012.


Conselheiro NEVES AMORIM
Relator